

AS “LIVRARIAS” DOS JESUÍTAS NO BRASIL COLONIAL, SEGUNDO OS DOCUMENTOS DO ARCHIVUM ROMANO SOCIETATIS IESU

LUIZ FERNANDO MEDEIROS RODRIGUES
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

RESUMEN / RESUMO

O presente artigo propõe-se apresentar uma breve panorâmica das livrarias mantidas pelos jesuítas durante o período colonial no Brasil. Tendo como base os documentos do *Archivum Romanum Societatis Iesu* e as informações recolhidas pelo historiador da Companhia de Jesus, Serafim Leite, buscar-se-á ressaltar a importância de um aprofundado estudo sobre as livrarias jesuítas no Brasil e seus respectivos acervos. Fica por fazer uma análise quantitativa dos acervos jesuíticos e o esboço interpretativo sobre os leitores e leituras, sobretudo, no que diz respeito à filosofia e à teologia escolástica deste período nas províncias jesuíticas brasileiras.

Palabras clave / Palavras-chave: Bibliotecas jesuíticas, Livrarias, Jesuítas, Brasil Colonial-

ABSTRACT

This article intends to present a brief overview of the libraries kept by the Jesuits during the colonial period in Brazil. Based on the *Archivum Romanum Societatis Iesu* documents and information gathered by the historian of the Society of Jesus, Serafim Leite, will seek to highlight the importance of a thorough study of the Jesuits in Brazil libraries and their collections. It will be to done a quantitative analysis of the Jesuit collections and interpretive sketch on readers and reading, especially with regard to scholastic philosophy and theology of this period the Jesuit provinces in Brazil.

Keywords: Jesuits libraries, Libraries, Jesuits, Colonial Brazil.

INTRODUÇÃO: A HISTORIOGRAFIA DO LIVRO NO BRASIL COLONIAL

A grande maioria dos especialistas que se ocuparam da história do livro no Brasil Colonial concordam na existência sobre os inúmeros silêncios e lacunas da historiografia no que tange os livros, às bibliotecas e às práticas de leitura. No seu trabalho, *Bibliotecas Privadas e Práticas de leitura no Brasil Colonial*, Luiz Carlos Villalta traça um perfil da historiografia sobre o livro no Brasil Colonial, que apresentaremos resumidamente a seguir¹. Segundo o autor apenas citado, os pesquisadores que se ocuparam com as bibliotecas neste período não fundamentaram suficientemente as suas pesquisas numa análise quantitativa sólida². Outros, mesmo se servindo, em maior ou menor escala, da quantificação e esboçando uma tentativa de interpretação sobre a leitura e a recepção dos livros, não visualizaram a sociedade mais ampla, o Brasil como um todo, concentrando-se nas bibliotecas de particulares, de grupos, de instituições ou de determinadas localidades da colônia³, ou ainda, detendo-se sobre a circulação de livros em circunscrições geográficas bem delimitadas⁴. Há ainda um outro grupo de pesquisadores, que não procurou estabelecer conexões mais estreitas

1 L. C. VILLALTA, “Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial”, disponível eletronicamente em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/index.htm>, <texto acessado em: 12 Setembro de 2011>. “Bibliothèques privées et pratiques de lecture au Brésil Colonial”, en K. DE QUEIRÓS MATTOSO – I. MUZART, F. DOS SANTOS – D. ROLLAND [Org.], *Naissance du Brésil Moderne, Actes du Colloque “Aux Temps Modernes: Naissance du Brésil”*, Sorbonne, Mars 1997, Paris, Presses de l’Université de Paris – Sorbonne, 1998.

2 Por exemplo: J. DE SOUZA ARAÚJO, *Perfil do Leitor Colonial* [Tese de Doutorado], Rio de Janeiro, UFRJ, 1988; R. BORBA DE MORAES, *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979; C. RIZZINI, *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1988, e C. RIBEIRO DE LESSA, “As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais: apontamentos para um estudo histórico”, en *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 191 (1946), 339-345.

3 Veja: L. C. VILLALTA, “O Diabo na livraria dos Inconfidentes”, en A. NOVAES (org.), *Tempo e História*, São Paulo, Companhia das Letras-Secretaria Municipal de Cultura, 1992, 367- 395; ID., “Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII”, en *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, 8 (1995), 19-52; P. GOMES LEITE, “Revolução e Heresia na Biblioteca de um Advogado de Mariana”, en *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, 8, (1995), 153-166; E. FRIEIRO, *O Diabo na Livraria do Cônego*, São Paulo – Belo Horizonte, Edusp – Itatiaia, 1981; e E. ARAÚJO, *O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

4 São exemplos: L. COLLOR JOBIM, “O Santo Ofício da Inquisição no Brasil Setecentista: Estudo de uma Denúncia”, en *Revista Estudos Ibero-Americanos*, 2 (1987), 195-213; M. B. NIZZA DA SILVA, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978; S. G. DINIZ, “Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII”, en *Kriterion*, 47/48 (1959), 180-198; e L. C. VILLALTA, “A ‘América’, a Ilustração e os Inconfidentes Mineiros (apontamentos de pesquisa)”, en *Registro: Informativo do Centro Nacional de Referência Historiográfica*, 2, 4 (set., 1995-fev., 1996), 15-17.

entre os livros e os leitores: uns focando sua análise do conteúdo dos livros⁵, enquanto outros, exploraram quase exclusivamente as ideias expressas pelos autores ou dos conteúdos dos livros para as ideias dos respectivos autores sem se deterem nas mediações existentes entre os primeiros e as últimas⁶. Fazem exceção as pesquisas de Luís Henrique Dias Tavares e Katia Queirós Mattoso, referentes as relações entre os textos e os conjurados da Bahia⁷. Finalmente, há um último grupo que apenas descreve quanto encontra nas fontes⁸.

Por falta de espaço, o presente artigo não abordará a problemática historiográfica sobre a posse de livros e as práticas de leitura na Colônia, mas à medida que a documentação o permita, procurar-se-á indicar os poucos dados quantitativos e qualitativos que se dispõe.

As primeiras instituições a constituírem bibliotecas no Brasil Colonial a partir da metade do século XVI foram a Companhia de Jesus, a Ordem dos Frades Menores, a Ordem de São Bento, a Ordem Carmelita e, posteriormente, a Congregação do Oratório. Poucos se conhece ainda sobre o conteúdo das bibliotecas mantidas por estas instituições. Mas, dentre estas, as bibliotecas dos jesuítas são as que mais informações se encontram nas fontes primárias.

O primeiro grupo de missionários da Companhia chegou ao Brasil em 1549, acompanhando o segundo governador-geral Tomé de Souza. Tratava-se de um pequeno grupo composto por apenas seis religiosos, cujo superior era o padre Manoel da Nóbrega (1517-1570). Nos dois séculos seguintes, a Companhia de Jesus estaria presente em todo o Brasil, formando a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão e Grão-Pará. Em 1759, os jesuítas seriam expulsos do Brasil e de todo o império colonial português e desterrados para Lisboa, onde muitos ficariam encarcerados até o final do governo pombalino.

5 Se enquadram neste grupo: L. L. DA GAMA LIMA, “Aprisionando o Desejo: Confissão e Sexualidade”, em R. VAINFAS (org.), *História e Sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, 67-88; e A. MENDES DE ALMEIDA, *O Gosto do Pecado: Casamento e Sexualidade nos Manuais de Confessores dos séculos XVI e XVII*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

6 Deste grupo fazem parte: A. F. MARQUES DOS SANTOS, *No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; S. P. ROUANET, “As Minas Iluminadas: A Ilustração e a Inconfidência”, em A. NOVAES (org.), *o. c.*, 329-345; e C. G. MOTA, *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*, Petrópolis, Vozes, 1979.

7 L. H. DIAS TAVARES, *Introdução ao Estudo das Idéias do Movimento Revolucionário de 1798*, Salvador, Livraria Progresso – União Baiana dos Escritores, 1959; ID., *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798*, São Paulo, Pioneira, 1975; e K. DE QUEIROZ MATTOSO, *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*, Salvador, Editora Itapuã – Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, 1969.

8 Neste grupo, pode-se enquadrar o trabalho de M. ÉLLIS, “Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo”, em *Revista de História*, 30 (1957), 387-447.

Mas, durante o tempo em que os jesuítas atuaram no Brasil, dedicaram-se a todo tipo de atividades missionárias. Sem deixarem de evangelizar diretamente colonos e índios, através de atividades catequéticas e missões, dedicaram-se também as atividades da educação e do ensino tanto dos filhos dos colonos, como na formação dos seus próprios quadros missionários. E se nas suas missões, fundaram aldeias e todas a infraestrutura necessária para mantê-las, nas cidades, construíram igrejas, residências, escolas e seminários. No total, até meados do século XVIII, a Companhia tinha fundado 19 colégios. Estes colégios e seminários eram regidos pelo método pedagógico próprio dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*. A aplicação dos princípios pedagógicos fixados no *Ratio*, fizeram destes colégios autênticos centros de formação intelectual e cultural, cujos títulos eram equiparados aos das universidades jesuítas lusitanas.

I. A ORIGEM DAS LIVRARIAS JESUÍTICAS

Uma das principais preocupações desde a instalação dos primeiros missionários jesuítas foi providenciar os meios necessários para o desempenho das suas atividades missionárias. Entre estes estavam os livros. À assistência aos indígenas e ao ensino e educação dos filhos dos colonos, bem como à formação nos primeiros seminários da própria Companhia, faltavam livros. Seja na missão direta com os indígenas, seja na evangelização e educação dos colonos e seus filhos, os livros eram fundamentais tanto para a fundamentação jurídica das aldeias, como a educação dos jovens nas vilas e cidades. Desta forma, uma das primeiras preocupações dos superiores foi de promover a instalação de livrarias em todas as residências, desde as mais importantes, situadas juntos aos colégios e às sedes das duas províncias. Mesmo o mais isolado missionário atuante junto aos indígenas deveria poder contar com o necessário para a sua missão: breviário e livros para os sacramentos. No norte, segundo o historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Serafim Leite, “não havia aldeia, por mais recuada que fosse na profundeza dos sertões e rios, que a não iluminasse ao menos uma estante de livros”⁹. Esta preocupação com os livros datava de época distante.

Na organização missionária da Companhia no Brasil, as missões e os missionários que atuavam diretamente junto aos índios se apoiavam nas residências já bem estabelecidas, localizadas na cidades principais. Assim, as principais livrarias foram constituídas juntos aos colégios que a Companhia

9 S. LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. IV, Rio de Janeiro – Lisboa, Inst. Nac. do Livro – Livr. Portugália, 1943, 289.

mantinha nas principais capitais das capitanias, e que tiveram seu apogeu entre o século XVII e até a expulsão dos jesuítas. Estas funcionavam como fontes de abastecimentos para os jesuítas das várias residências menores ou dependentes, como foi o caso do colégio da Bahia. Em 1597, ficou determinado que, quando algum padre falecesse em alguma residência, os livros e cartapácios que se achassem no seu cubículo fossem inventariados. Ficava ao critério do provincial o destino dos mesmos, podendo deixá-los para o uso dos demais membros da comunidade ou incorporá-los na livraria do colégio¹⁰.

A infraestrutura dos colégios da Bahia, do Rio de Janeiro, do Pará e Maranhão, servia a todos os jesuítas que atuassem nas respectivas regiões. Desta forma, já que em alguns destes se mantinham boticas para atender tanto aos colonos, como aos índios, era natural que as mesmas contassem com suas próprias livrarias, cujos livros se relacionavam à saúde e à medicina em geral. O inventário da farmácia e laboratório do Colégio do Maranhão, por exemplo, na primeira metade do século XVIII, contava com "30 tomos de medicina e botica"; além de 5 tomos que se encontravam na casa do cirurgião Manuel de Souza¹¹.

Uma das grandes discussões internas na Companhia a respeito das missões foi se os jesuítas deveriam ser volantes ou fixos nas residências e colégios. Uma vez aceita a missão volante, os missionários que recebiam o encargo de fundarem missões junto aos índios, ou que iam fundar residências em vilas mais distantes da sede da capitania, levavam consigo os livros necessários. Em 1586, cinco missionários jesuítas (cujo superior era o P. Manuel Ortega) foram enviados ao Paraguai para lá fundarem uma missão, os quais levaram consigo "muitos livros". Quando a expedição já se encontrava na foz do Rio da Prata, foi atacada por corsários ingleses¹² liderados pelo pirata inglês Robert Withrington, que saqueou os navios de quanto levavam: das roupas, livros e ornamentos¹³.

A falta de livros numa residência ou numa missão era considerada como um meio que limitava notavelmente a ação dos missionários. No último trimestre de 1552, quando Manuel da Nóbrega fazia a sua visita provincial ao Espírito Santo, encontrou já em funcionamento uma Confraria dos Meninos de Jesus, à semelhança da Bahia e de S. Vicente. Esta confraria era frequentada por meninos mamelucos e índios, cujas condições eram precárias. Toda biblioteca do

10 ARSI, Bras. 2, f. 132r.

11 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 288.

12 *Ib.*, t. II, 542.

13 *Ib.*, t. I, 347.

jesuíta que ali estava (o padre Braz Lourenço) constava apenas de um livro, a *Vita Christi*¹⁴.

Por outro lado, o colégio que possuísse uma boa coleção de livros tinha grande prestígio e o credenciava para a criação de novos cursos, muitos dos quais, equiparados aos das universidades jesuítas em Portugal. Em 21 de março de 1661, para receber a aprovação do Geral da Companhia para a instalação de estudos no Maranhão, Antônio Vieira argumentava que a livraria que tinham era muito boa¹⁵.

II. OS PRIMEIROS LIVROS E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ACERVOS

Os primeiros livros que se têm notícia vieram na bagagem dos primeiros missionários jesuítas. A livraria do Colégio da Bahia foi, a seu tempo, a mais importante de todas as bibliotecas da Companhia no Brasil. Sua organização data de 1549 com os livros trazidos pelo próprio Manuel da Nóbrega. Logo que tinha chegado ao Brasil começara a pedi-los, “porque nos fazem muita minguá para as dúvidas que cá há, que todas se perguntam a mim”¹⁶, dizia Nóbrega. A livraria do Colégio do Maranhão começou a ser formada com os livros que tinham sido trazidos de Portugal pelo próprio Antônio Vieira. A livraria que já “era muito boa”, deveria ter começado modestamente com o padre Luiz Figueira, e com as primeiras aulas de latim, e desta forma, teriam principiado as demais livrarias do Pará e da residências mais importantes da nova missão¹⁷.

Desta maneira, cada nova expedição de jesuítas que chegavam ao Brasil era uma oportunidade para a entrada de novos livros. Em 1583, chegou ao Brasil o P. Fernão Cardim, o qual ocupou os cargos de reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro. Eleito procurador da província do Brasil na congregação dos procuradores de 1598, em Roma, na viagem de volta de Lisboa, a nau em que estava foi atacada e capturada por corsários ingleses, ainda nas costas portuguesas, liderados por Sir John Gilbert, no dia 25 de setembro de 1601. Os

14 ARSI, Bras. 3(1), f. 109r. Tratava-se da obra de Ludolfo de Saxónia, O. Cart. (ca. 1295-1377), *Vita Christi* que teve uma tradução portuguesa feita por Nicolau Vieira e Bernardo de Alcobaca, impressa em Lisboa na oficina de Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes, em 1495.

15 A. VIEIRA, “Ao padre geral, Goswin Nickel”. Rio das Amazonas, 21 de março de 1661, em S. LEITE, *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, 295.

16 “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues. Bahia, 9 de agosto de 1549”, em S. LEITE, (ed.), *Monumenta Brasiliae, I (1538-1553)*, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956, 131.

17 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 288.

piratas logo se apossaram de todos os bens de valores que a nau e os seus passageiros transportavam consigo, inclusive os “muitos livros” e os “manuscritos em português e latim, sermões, vidas de Cristo e comentários teológicos” que o P. Cardim trazia para o Brasil na sua bagagem e que pedia a sua devolução¹⁸. Libertado em 1604, Cardim voltou ao Brasil, mas não se tem notícia dos livros e manuscritos, nem se trouxe consigo novos livros.

A procura das missões em Lisboa, às vezes, era encarregada de enviar livros da Europa para o Brasil, atendendo aos pedidos que os missionários e professores da colônia faziam aos seus superiores e ao próprio rei português. Para os alunos do Colégio dos Meninos de Jesus, a primeira instituição de educação dos jesuítas no Brasil, fundada por Manuel da Nóbrega, em Salvador, após a chegada dos órfãos, o monarca D. João III enviou livros, panos para camisas, sapatos, sobeiros e outros bens necessários¹⁹. Como era de se esperar, no período de implantação da missão, as solicitações feitas pelos missionários eram constante e frequentes. A catequese e o ensino de gramática não podiam ser feitos sem os livros necessários.

Pela formação que tinham, e pelas carências na colônia, os jesuítas rapidamente se transformaram em ponto de referimento para as questões mais complexas e delicadas da vida moral colonial. Por isso, não é estranho que o padre Nóbrega pedisse livros logo nos primeiros meses após a sua chegada, pois os jesuítas, enquanto praticamente os únicos letrados, aparte alguns poucos funcionários do governo, eram tidos como únicas fontes de consulta acessíveis²⁰.

Outra solicitação de livros referia-se ao ensino de latim do curso de gramática que os padres davam no Colégio dos Meninos de Jesus. Em carta de 6 de janeiro de 1550, Nobrega acusa o recebimento de duas caixas de livros e ornamentos necessários para a celebração dos sacramentos²¹. Em 21 de dezembro de 1555, o segundo provincial do Brasil, o padre Luiz da Grã, pede ao geral livros de texto para os alunos principiantes e adiantados do Colégio da Bahia²². Alguns anos mais tarde, tem-se o registro de outros pedidos de livros. O padre João Vicente Yate, que tinha missionado na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, pedia, em 1593, várias obras em inglês, latim e espanhol. Da mesma

18 “Carta do P. Fernão Cardim a Sir Robert Cecil, (Conde de Salisbury). Prisão de Gatehouse, 4 de fevereiro de 1602”, citada por S. LEITE, *o. c.*, t. VIII, Rio de Janeiro, Inst. Nacional do Livro, 1949, 135-136.

19 “Carta do P. Pero Doménech ao P. Inácio de Loyola. Almeirim, 17 de fevereiro de 1551”, em S. LEITE, *o. c.*, t. I, 215. *Id.*, *o. c.*, t. I, 37.

20 “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues. Bahia, 9 de agosto de 1549”, em S. LEITE, *o. c.*, t. I, 131.

21 S. LEITE, *o. c.*, t. II, 541.

22 ARSI, Bras. 3(1), f. 145v.

forma, já em 1553, o irmão Pedro Correia, um dos primeiros *linguas* jesuíta a trabalhar diretamente com os índios, pedia livros “em linguagem”. Estes eram os de um “chamado Doutor Constantino”, de Sevilha, e intitulava-se: “Confissão de um pecador; Doutrina Cristã; Exposição do Primeiro Salmo de David *Beatus vir*; Suma de doutrina cristã; e o Catecismo cristão para instruir os meninos”. Pedro Correia tinha visto um deles, o que tratava da primeira parte dos artigos da fé e o considerava “coisa mui santa”. Por isso, pedia que se estivessem à venda em Lisboa, lhos mandassem todos os cinco. Caso contrário, tentassem compra-los em Sevilha. E explicava a razão do seu insistente pedido: “porque não sou latino”, isto é, porque não compreendendo a língua, não podia servir-se dos livros em latim²³.

A forma de suprir a carência de livros fazia com que os jesuítas providenciassem textos para as suas escolas. Ao começar o Colégio de São Paulo de Piratininga, não havia artes nem livros para todos. Assim, o José de Anchieta foi obrigado a escrever os apontamentos necessários às suas classes e distribuí-los aos seus alunos²⁴.

As esmolas reais ou a ajuda dos governadores e particulares não era suficiente para suprir as necessidades de livros nas escolas da Companhia. Havia que comprá-los. Mas isto só foi possível quando as fundações estavam consolidadas e a infraestrutura que os mantinham auferiam rendas suficientes. Eram os padres provinciais a encarregarem o procurador das missões em Lisboa de comprar os livros que os colégios necessitavam. O padre Marçal Beliarte, que foi provincial de 1587 a 1594, por exemplo, mandou comprar de uma só vez 15\$000 réis deles. E, em outra ocasião, enviou âmbar para a Europa, cuja venda em Lisboa rendeu o valor de 40\$000 réis, aplicados em mais outra compra de livros²⁵.

A aquisição foi constante, em proporção das possibilidades das rendas disponíveis. Em 1597, para impedir que a falta de curiosidade pelos estudos e a preguiça diminuíssem o interesse pela cultura geral, e para animar os estudos, o padre Pero Rodrigues, que foi provincial do Brasil de 1594 a 1603, escrevendo ao assistente lusitano, o padre João Álvares, dizia que tinha mandado comprar muitos livros para o Colégio da Bahia²⁶.

Outra fonte importante a qual os jesuítas recorriam para adquirir livros na própria colônia era a compra dos livros das pessoas que voltavam ao reino. Para estes, saía mais em conta vendê-los no Brasil do que pagar o frete e os impostos

23 ARSI, Bras. 3(1), f. 85r.

24 S. LEITE, *o. c.*, t. II, 542.

25 ARSI, Bras. 3(2), ff. 358r-359r.

26 ARSI, Bras. 15, f. 428r.

de saída dos portos coloniais e entrada nos portos do reino. No Pará, em 1720, os jesuítas adquiriam mais de 100 volumes, por 600\$000 réis, do ouvidor-geral, que voltava para Lisboa²⁷. Também no Pará, o vice-provincial remetia dinheiro para o procurador das missões em Lisboa para a compra de livros, sobretudo, dos mais necessários, como o *Instituto* da Companhia, do qual se pediam vários exemplares, e outros, de toda espécie²⁸.

O dinheiro necessário para a aquisição destes livros provinha da rendas oriundas das estruturas de manutenção dos respectivos colégios. O Colégio de Santo Alexandre, na Vice-província do Grão-Pará e Maranhão, entre outras formas de rendimento, mantinha uma botica que vendia medicamentos para os colonos mais ricos de Belém. Em 1732, o vice-provincial, com aprovação do geral, determinou que os rendimentos obtidos com a venda dos remédios fossem empregados na aquisição de livros tanto para a livreria do colégio, como para a própria botica²⁹. Outra fonte de renda empregada para a compra dos livros provinha da venda dos gêneros agrícolas. No Maranhão, por exemplo, o cravo e o cacau coletados no sertão eram vendidos em Belém e em Lisboa, também para este fim³⁰.

Havia também a possibilidade de que alguns professores conseguissem recursos para a compra dos livros das matérias que lecionavam. No Colégio do Rio de Janeiro, por exemplo, alguns professores “por amor a seus estudos privados tinham ‘cem cruzados’ de livros”³¹.

A ampliação das bibliotecas dos jesuítas também se deu através da doação de livros por parte de alguns ilustres dignitários. O bispo D. Pedro Leitão legou ao Colégio da Bahia a sua biblioteca, que era “muito boa”³². Já o administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, o padre Bartolomeu Simões Pereira, além dos livros “de um e outro direito” (civil e canônico), que já tinha doado ao colégio, ao morrer, deixou-lhe também metade da sua biblioteca³³. Já no Colégio do Recife, em 1717, além da normal compra de obras, entraram vários volumes, doados por “um homem nobre e erudito”³⁴.

27 APP, Pasta 177, doc. 21.

28 ARSI, Bras. 26, f. 150r.

29 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 288.

30 *Ib.*, 288.

31 ARSI, Bras. 3(1), ff. 217r, 218v.

32 S. LEITE, *o. c.*, t. II, 542.

33 ARSI, Bras. 8, f. 43v.

34 ARSI, Bras. 10, f. 177r.

III. ORDENAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ACERVOS

Às vezes, os livros saíam para fora dos colégios e, até mesmo, para fora das capitâneas. Como já se assinalou acima, os missionários encarregados da expedição de fundação de uma missão no Paraguai levaram consigo muitos livros que caíram em mãos dos piratas ingleses. Tais perdas eram contingentes e inevitáveis, comuns. Mas estas não eram as únicas perdas das bibliotecas. Havia o perigo dos empréstimos e dos roubos. Os jesuítas procuraram defender os acervos das suas bibliotecas dos fáceis empréstimos. Em 1589, ordenou-se que todos os livros fossem colocados por ordem e numerados em ordem sequencial marcados na lombada. Desta forma, além da ordenação da biblioteca, exercia-se um maior controle sobre os livros do acervo, facilitando a imediata identificação do livro que por ventura faltasse³⁵.

A organização do acervo das livrarias também foi feita por assuntos. A livraria do Colégio de Santo Alexandre, no Pará, situava-se num corredor, do lado do poente. Tinha as suas estantes encaixilhadas e com entalhes na parte superior para as etiquetadas que indicavam as respectivas matérias³⁶.

A biblioteca do Colégio da Bahia foi, no seu tempo, a mais importante do Brasil. O seu acervo nunca deixou de crescer. Apesar de ter sido bastante desfalcada com a invasão e ocupação de Salvador pelos holandeses em 1624, foi recuperada na reconstrução do colégio, sendo-lhe destinada um dos mais suntuosos salões do Brasil. A biblioteca chegou a ter um catálogo de autores e matérias organizado pelo irmão Antônio da Costa. Diligente e hábil, segundo a informação de 1694, o Ir. Costa era natural de Lion, um dos grandes centros livreiros daquela época. Além de bibliotecário, era encadernador e tipógrafo, sabia latim e organizou o índice da biblioteca por matérias e autores³⁷.

Outro aspecto importante é o que diz respeito à conservação dos livros: encadernação e combate às pragas (sobretudo, a cupins, roedores e insetos vários). Muito embora a ação nociva que os cupins podiam exercer sobre o papel fosse conhecida pelos europeus, o mesmo não acontecia com muitas outras pragas e insetos. Nos princípios do século XVIII, quando a biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro foi restaurada, iniciou-se uma campanha contra os estragos provocados pela ação dos cupins e pelas traças³⁸.

35 ARSI, Fondo Ges., Colleg. 13.

36 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 289.

37 ARSI, Bras. 10 (2), f. 263r.

38 ARSI, Bras. 10, f. 220r.

Entre os vários ofícios necessários para o bom funcionamento das missões e autonomia dos missionários estava aquele que trabalhava o couro, como a curtição e encadernação³⁹.

A livraria do Colégio de Santo Alexandre, de Belém do Pará, possuía uma oficina de encadernação própria⁴⁰. E o inventário da expulsão, de 1760, da Casa dos Exercícios e religiosa recreação de Nossa Senhora Madre de Deus do Maranhão informava que quase todos os 1.000 volumes encontrados na sua livraria estavam encadernados⁴¹.

IV. A INFRAESTRUTURA E OS MÓVEIS

As livrarias dos colégios mais importantes, como o da Bahia, estavam localizadas em setores de destaque. O salão que abrigava a biblioteca do colégio baiano foi ricamente ornamentado. Tratava-se de um amplo salão com o teto pintado e uma entrada azulejada com alegorias ao saber. As bibliotecas dos colégios Santo Alexandre de Belém do Pará e do Rio de Janeiro eram igualmente imponentes. Conserva-se hoje apenas a do Pará, uma vez que a biblioteca do colégio do Rio foi destruída por jatos de água na destruição do complexo do colégio do Morro do Castelo, em 1921, na busca de imaginários tesouros escondidos nos muros do colégio.

As descrições das estantes nos inventários atestam a imponência do mobiliário. Os irmãos artesões fabricaram as estantes servindo-se de madeiras nobres. A livraria do Colégio do Rio de Janeiro, por exemplo, restaurada nos inícios do século XVIII, recebeu novas estantes feitas de jacarandá e vinhático. Em 22 de setembro de 1721, o reitor Manuel Dias escrevia ao geral dizendo que elas não tinham sido “lavradas de qualquer modo, mas com tal primor que no dizer dos que a viam e admiravam, assim deviam ficar, nuas na arte de entalhe e polimento, sem mais pintura nem dourados, por belos que fossem”⁴². De igual forma, o registro sobre as livrarias dos colégios do Maranhão e de Belém do Pará. A de Belém, fora o mobiliário de madeira *coatiaria*, era ornada por uma imagem de Nossa Senhora, grande, com o menino nos braços, a *Sedes Sapientiae*, e um quadro de dois palmos de S. Jerônimo⁴³. Já a do Maranhão ficava paralela à igreja do colégio, com janelas rasgadas para o pátio interno.

39 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 164.

40 ARSI, Bras. 28, f. 10r.

41 ARSI, Bras. 28, f. 36r.

42 ARSI, Bras. 4, f. 219r.

43 ARSI, Bras. 28, f. 10r.

No meio da sala, uma mesa grande de consulta, À roda, estantes, onde acomodavam “até 5.000 volumes”⁴⁴.

V. AS LIVRARIAS E TIPOGRAFIAS

A questão sobre a existência de tipografias nos colégios da Companhia no Brasil ainda não ficou suficientemente esclarecida. Se por um lado, Serafim Leite não tenha deixado nenhum indício documental que atestasse a sua existência, por outro, Rubens Moraes afirma que Leite vagamente acena à existência de uma tipografia junto ao Colégio do Rio de Janeiro⁴⁵. Isto porque, no Rio havia dois irmãos que exerciam a atividade de tipógrafos. No colégio do Rio de Janeiro, por ocasião da restauração da biblioteca, enfileiraram-se nas suas estantes livros recentes, “alguns impressos na própria casa, por volta de 1724, para uso privado do colégio e dos padres”⁴⁶. Na Bahia constava outro irmão com o ofício de impressor. Ao que parece, ambos foram encadernadores e bibliotecários. Todas estas atividades não deixam de levantar a hipótese da existência de uma atividade tipográfica junto a alguns colégios da Companhia, pelo menos na impressão de pequenos impressos⁴⁷. Para muitos historiadores, a existência de irmão *typographus* poderia levar a supor a utilização de tipos, pelo menos para a confecção de títulos nas lombadas e capas dos exemplares encadernados⁴⁸.

VI. LEITORES, REGULAMENTOS E EXPURGOS

As livrarias se formaram fundamentalmente para atender as necessidades pastorais dos missionários, dos professores dos colégios e dos alunos da Companhia. Mas este público não era exclusivo, pois havia a possibilidade de consulta por parte de usuários externos, principalmente por parte das autoridades civis e eclesiásticas locais. D. Francisco Manuel de Melo, grande escritor português, ex-aluno dos jesuítas, frequentava a biblioteca do Colégio da Bahia⁴⁹. Na biblioteca do Colégio da Bahia, no tempo de provincialado do

44 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 289.

45 R. BORBA de MORAES, “Tentativas de estabelecimento de tipografias”, em Id., *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, Brasília, Briquet de Lemos, 2006, 68.

46 S. LEITE, *o. c.*, t. VI, 26.

47 ARSI, Bras. 10 (2), f. 263r.

48 Faz parte deste grupo L. A. GONÇALVES DA SILVA, “As bibliotecas dos Jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite”, em *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13 (2008), 219-237.

49 S. LEITE, *o. c.*, t. V, 101.

P. Pero Rodrigues, parece que se destinou ao público alguma sala de leitura⁵⁰. Segundo Serafim Leite, esta biblioteca chegou a intitular-se *pública* porque na folha de rosto do livro *A Vida do Padre Joam d’Almeida, da Companhia de Iesu*, do Padre Simão de Vasconcelos, de 1658, estava escrito, a tinta: *Liur. publ. do Coll. da Bahia*⁵¹. Da mesma forma a biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro, a qual estava à disposição dos estudantes e do público: *Publica Collegii Bibliotheca*⁵². No frontispício de alguns livros, existentes no palácio de S. Joaquim, Serafim Leite encontrou escrito à mão, pelo antigo bibliotecário do colégio da Companhia, a seguinte inscrição: “Pertence à Livraria Publica do Coll^o Do Rio de Janr^o”⁵³. Tratava-se do primeiro tomo do *Cursus Theologicus* do padre jesuíta Jozepho de Azambuja, professor de prima do Colégio de S. Antão de Lisboa (ed. de 1734). A conclusão do historiador da Companhia é que tais inscrições comprovam que os jesuítas colocavam a livraria à disposição de estudiosos da cidade, fazendo-a, de fato, a primeira livraria pública do Rio de Janeiro⁵⁴.

Como acima tratamos, um dos problemas mais comuns das bibliotecas era o empréstimo, embora de forma controlada. A fim de evitar a perda das obras, num certo momento, o empréstimo chegou a ser proibido. Inácio de Azevedo, durante a sua visitação em 1556, recomendou no seu memorial que não se emprestassem os livros⁵⁵. O seguinte visitador, o padre Gouveia, suavizou a proibição, sugerindo que a proibição de empréstimo dos livros seria aplicada apenas para aqueles que fossem únicos, e, mesmo assim, excetuando-se a “pessoa do Prelado ou de maior qualidade”⁵⁶. Chegou-se inclusive a dar e repartir livros entre os moradores, “principalmente aos mais entendidos, grande quantidade de livros”⁵⁷.

Quanto à natureza dos livros que se emprestavam, a Biblioteca do Colégio de Santo Alexandre além de emprestar devocionários e catecismos, nas palavras de Vieira, emprestava também outros que tratavam de “coisas do espírito”⁵⁸. Além disto, era corrente emprestar os “cartapácios” escolares, de distribuição gratuita. Emprestavam-se também aos profissionais da cidade. No inventário da farmácia do Colégio do Maranhão, há o registro de cinco tomos

50 ARSI, Bras. 15, f. 428v.

51 Serafim Leite localizou este livro no acervo da Biblioteca do Porto. Veja-se em S. LEITE, *o. c.*, t. II, 544, nota 5.

52 ARSI, Bras. 10 (1), f. 253v.

53 S. LEITE, *o. c.*, t. VI, 28.

54 *Ib.*, 28, nota 3.

55 ARSI, Bras. 2, f. 138v.

56 ARSI, Bras. 2, f. 140r.

57 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 228.

58 *Ib.*, 228-229.

que tinha levado de empréstimo o cirurgião Manuel de Sousa⁵⁹, como empréstimo especial.

Os jesuítas distribuíam gratuitamente livros de conteúdo religioso e edificante, sobretudo vida de santos e varões ilustres da Companhia. A carta ânuia da Província do Brasil de 1602-1603 registrou o caso de um morador de Porto Seguro, Bahia, chamado Manuel da Cunha, que aflito com tentações do demônio, viu-se livre destas, após ter lido a vida do fundador da Companhia, Inácio de Loyola, emprestada ou dada pelos padres do colégio. Em 1601, havia cinco anos que o fato ocorrera⁶⁰.

Um exemplo de regulamento sobre a utilização dos livros pode ser visto nas *Ordens para o Seminário de Belém conforme ao que mandou Nosso Revendo Padre em uma sua de 28 de Janeiro de 1696, e em outra antecedente de 16 de Janeiro de 1694 ao Padre Provincial*⁶¹. Este regulamento é dividido em três partes e composto de 44 parágrafos. A primeira trata dos fins do Seminário, gênero dos estudos, regime econômico e financeiro, e normas gerais de funcionamento. A segunda se refere às atribuições dos mestres e superiores; e, finalmente, a terceira, diz respeito aos horários, estudos, práticas de devoção, recreios e disciplina escolar. O parágrafo 10 das normas desta terceira parte, intitulado *Ordem que se deve guardar no Seminário de Belém*, trata sobre o uso e o cuidado que os seminaristas deveriam ter com os livros. O seminarista que “riscar o livro ou parede, será castigado” e ainda recomendava: “tratemos os livros com asseio, como convém a meninos bem criados”⁶².

Seguindo a pedagogia inaciana traçada pelo *Ratio Studiorum*, o hábito da leitura foi incentivado. O Colégio de Pernambuco, em Olinda, ficou famoso pela solenidade das festas de abertura dos anos acadêmicos de 1593 e 1574, nos dias 2 e 3 de fevereiro. Nestes dias, os alunos eram chamados a participarem de exercícios escolares, declamações e representações teatrais. Aos alunos que se distinguiram, os professores distribuíam prêmios, pecuniários ou em livros⁶³. A prática destas sessões acadêmicas solenes era seguida em todos os principais colégios da Companhia, especialmente nos dias de festa de primeira classe ou por ocasião da tomada de posse de um novo bispo ou governador.

Naturalmente, praticava-se a seleção de leituras e livros, antes que estas fossem propostas à leitura ou consulta dos alunos e seculares. Quando chegavam da Europa, os livros não passavam indistintamente à consulta dos leito-

59 *Ib.*, 228.

60 ARSI, Bras. 8, f. 42r-43r.

61 ARSI, Fondo Ges., Colleg. 15.

62 ARSI, Fondo Ges., Colleg. 15, 3a. parte, # 10.

63 ARSI, Bras. 15, f. 304r.

res. Determinou-se que cada livro passasse por um exame prévio e, se fosse oportuno, se corrigisse o que eventualmente pudesse contrariar a edificação e os bons costumes⁶⁴. Assim determinava o geral Cláudio Acquaviva em 13 de fevereiro de 1596. Mas esta instrução generalícia já se encontrava nas instruções do fundador da Companhia, na legislação geral, na parte que tratava sobre livros obscenos e heréticos (os primeiros totalmente proibidos, os outros admitidos com cautelas)⁶⁵. De igual maneira, havia restrições para os “livros poéticos”. Distinguiam-se os livros escritos em latim e os romances, em vernáculo. A estes últimos, o exame era mais rigoroso, não somente porque podiam provocar certos devaneios nos mais jovens, mas sobretudo porque representavam um sério obstáculo ao estudo sério do latim. Em outra instrução do geral Acquaviva ao provincial Cristóvão de Gouveia, de 13 de Janeiro de 1587, o geral se mostra contrário ao costume de celebrar festas com sonetos e coplas espirituais, proibindo tal uso, uma vez que este costume podia incentivar a leitura de livros profanos⁶⁶. Nem mesmo os clássicos latinos escaparam de certas restrições. Um postulado da Congregação Provincial da Bahia, de 1583, propunha que se fizesse expurgos em textos de alguns autores latinos, tais como: Plauto, Terêncio, Horácio, Marcial e Ovídio. Tal prática seguia o costumeiro do Colégio Romano, onde se “adaptavam” os clássicos para a leitura nas classes inferiores⁶⁷.

VII. BIBLIOTHECAE PRAEFECTUS

O funcionamento diário da biblioteca dependia normalmente de um padre bibliotecário e de algum irmão coadjutor encarregado dos serviços auxiliares e de limpeza da biblioteca e da boa conservação dos livros. Nas livrarias da Companhia no Brasil sabe-se que havia oficialmente cerca de nove jesuítas com o ofício de bibliotecários: um no séc. XVII e os demais no séc. XVIII⁶⁸. Os catálogos não indicam mais jesuítas adscritos aos ofícios de bibliotecário. E isto não deixa de ser curioso, pois pelo número de residências e obras que

64 ARSI, Bras. 2, f. 91r.

65 S. LEITE, *o. c.*, t. II, 543.

66 ARSI, Bras. 2, f. 57v.

67 ARSI, Cong. 95, f. 160v. Deste 1564, a Companhia no Brasil obtivera licença do Cardeal Infante, enquanto legado a latere e inquisidor geral, para expurgar nos livros o que atentasse aos decretos do Concílio de Trento. Veja-se a *licença do Cardeal pera emendar e usar dos liuros defessos*, dada em Lisboa, a 20 de novembro de 1564. C. GOMEZ RODELES [ed.], *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, quae primam Rationem Studiorum anno 1586 editam praecessere*, Matriti, Typis A. Avrial, 1901, 698-699.

68 S. LEITE, *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*, Lisboa, Brotéria, 1953.

a Companhia mantinha no Brasil, o número de padres e irmãos bibliotecários deveria ser bem maior.

Contudo, nos catálogos estão registradas denominações diversas para os que exerciam os ofícios nas livrarias da Companhia: *bibliothecae custos* (conservador da biblioteca); *bibliothecae praefectus* (prefeito da biblioteca); *bibliothecarius* (bibliotecário); *bibliopola*, *librarius* (livreiro); *librorum instaurador*; *bibliopegus* (encadernador); *typographus* (tipógrafo) e, finalmente, *impressor* (impressor).

Em geral, o ofício de encarregado das livrarias não era exclusivo. Muitos dos jesuítas que trabalhavam nas livrarias exerciam outras atividades paralelas na comunidade, como por exemplo, aqueles que além de serem bibliotecários exerciam o ofício de enfermeiros, mestres nas primeiras classes de meninos, administradores da olaria e coadjutores do procurador do colégio. E, se um jesuíta desempenhava o seu ofício na livraria do colégio, ao ser transferido para outra obra ou residência, podia exercitar um novo, deixando de ser bibliotecário, uma vez que este ofício não era vitalício, como qualquer outro cargo na Companhia, com exceção do cargo de Geral.

No Colégio de Santo Alexandre, em Belém do Pará, a biblioteca contava com os serviços do jesuíta encarregado da livraria e com o auxílio de um secular, certo *cafús* Lourenço, (“que faleceu de um corisco”), que além de livreiro era também alfaiate no colégio⁶⁹.

O próprio padre Antônio Vieira exerceu o ofício de bibliotecário. Segundo as suas palavras, sempre fora bibliotecário em todos os colégios⁷⁰ (portanto, no Brasil, no do Maranhão, no do Pará e no da Bahia; e, em Portugal, no de Lisboa, Porto e Coimbra). Para a livraria do Colégio de Coimbra, Vieira mandou fazer, à sua custa, estantes novas⁷¹. Contudo, nem a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tampouco no livro *Artes e ofícios dos jesuítas*, Serafim Leite menciona a Vieira como bibliotecário.

Outro jesuíta bibliotecário sobre o qual se encontram algumas informações a seu respeito é o irmão coadjutor Antônio da Costa. Era natural de Lion (França) e fora admitido na Companhia, na Bahia, a 23 de julho de 1677, com 33 anos. E morreu a 17 de outubro de 1722⁷². Dele a *informação de 1694* se referia como bibliotecário “diligente e hábil”. Era bibliotecário, encadernador e tipógrafo, e sabia latim⁷³.

69 S. LEITE, *o. c.*, t. III, 216, n. 4.

70 S. LEITE, *o. c.*, t. V, 93.

71 *Ib.*, 93.

72 ARSI, Bras. 6, f. 40v; Hist. Soc. 51, 33r.

73 ARSI, Bras. 10 (2), f. 263r

VIII. AS LIVRARIAS MAIS IMPORTANTES

A biblioteca do Colégio da Bahia era a mais importante que a Companhia mantinha no Brasil. Sua origem data de 1549, com os primeiros livros trazidos pelo próprio Manuel da Nóbrega⁷⁴. Com o restauro do Colégio e da Igreja, em 1624, após a invasão holandesa, a biblioteca foi colocada num suntuoso salão com o teto ricamente ornamentado. Ainda hoje, este salão é existente. Para acessar a biblioteca, passava-se por uma escadaria cujas paredes laterais eram revestidas por azulejos fabricados em Lisboa (entre 1730 e 1740). As extremidades dos painéis de azulejos reproduziam figuras masculinas em tamanho natural. O salão era precedido por um vestíbulo igualmente revestido por painéis de azulejos, mas com figuras alegóricas que representavam a Eloquência, a Filosofia e a Ótica, também fabricados sob medida em Lisboa. O teto do salão era recoberto por um painel monumental pintado na primeira metade do século XVIII, tendo em seu centro a alegoria da Sabedoria. Em 1624, o catálogo da biblioteca contava com cerca de 3.000 obras, “de todo gênero de escritores que se podem desejar e se renova e guarda por um diligente livreiro”⁷⁵ (que era o Ir. Antônio da Costa). Serafim Leite estimava que a biblioteca chegou a conter um acervo de cerca 15.000 até o momento da expulsão da Companhia⁷⁶. Além disto, a botica, como acima já relatamos, contava com a sua própria biblioteca especializada.

O Seminário de Belém da Cachoeira, fundado por Alexandre de Gusmão, começou a ser construído em 1687 no Recôncavo Baiano e também possuía uma sua biblioteca. Enquanto seminário menor, é considerado o primeiro colégio para internos da Companhia no Brasil. Nos seus 72 anos de atividade, cerca de 1.500 meninos foram alunos no seminário⁷⁷. Assim como o número de alunos aumentava com os anos, também a biblioteca do seminário estava em constante aumento. Em 1735, o acervo já contava com 70 obras catalogadas⁷⁸.

No Estado do Maranhão, o Colégio Nossa Senhora da Luz possuía uma das mais importantes bibliotecas das casas da Companhia no norte do Brasil, por ser também o Colégio Máximo da Vice-Província. Antônio Vieira, como salientamos, quando lá chegou, em 1652, exerceu o ofício de bibliotecário, encontrando um colégio formado por um corredor com quatro cubículos no primeiro andar e seis no segundo, um dos quais reservados à biblioteca⁷⁹. A ele

74 S. LEITE, *o. c.*, t. V, p. 92; e, *Id.*, *o. c.*, t. II, 541.

75 ARSI, Bras. 5(2), f. 137r.

76 S. LEITE, *o. c.*, t. V, 94.

77 *Ib.*, 177.

78 ARSI, Bras. 5(2), f. 363v.

79 S. LEITE, *o. c.*, t. II, 118.

se deve a ampliação dos espaços reservados à livraria. Em pouco tempo, ao seu acervo, foram incorporados os livros para uso pessoal que trazia consigo de Portugal⁸⁰. No momento da expulsão da Companhia, conforme o *inventário* de 1760, a livraria tinha no seu acervo cerca de 5.000 volumes de especializados (*especiais*), de acordo com as ciências e letras ensinadas no colégio. Estava localizada paralela à planta do colégio e igreja, num corredor, para o lado do poente, com amplas janelas que se abriam para o pátio interno. No cubículo destinado à livraria havia, no centro, grande mesa de consulta com estantes dispostas ao seu redor⁸¹.

A Casa dos Exercícios e religiosa recreação de Nossa Senhora Madre de Deus, dependente do Colégio do Maranhão, também possuía uma biblioteca, cujas estantes abrigavam cerca de 1.000 volumes, quase todos encadernados “de novo em pasta”⁸².

O Seminário do Maranhão dispunha também de uma estante de livros, “pela maior parte de línguas estranhas”⁸³. Ainda havia uma outra pequena livraria pertencente à Fazenda de Anidiba⁸⁴. Também os Seminários das Aldeias Alta e de Parnaíba⁸⁵, bem com a Casa-Colégio de Tapuitapera, tinham a sua pequena livraria.

Em Belém do Pará, o catálogo do Colégio de Santo Alexandre (de cerca de 1718)⁸⁶, situava a livraria num corredor do lado do poente com cerca de 1.263 volumes, uma sala de consulta e uma oficina de encadernação. Já o *inventário* de 1760 inventaria cerca de 2000 volumes. Estava ricamente ornada com uma escultura de Nossa Senhora com o menino Jesus nos braços, a *Sede Sapientiae*, e um quadro de S. Jerônimo⁸⁷.

Também as demais casas da Companhia no Pará possuíam livros. A casa-Colégio da Vigia, por exemplo, possuía um acervo de 1.010 volumes⁸⁸. O seu catálogo foi publicado na íntegra por Serafim Leite⁸⁹. A residência da Fazenda de Ibirajuba também possuía alguns livros. Entre eles, estava um exemplar

80 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 288.

81 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 289.

82 ARSI, Bras. 28, ff. 35v-36r.

83 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 289.

84 ARSI, Bras. 28, ff. 29v-30v.

85 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 289.

86 APP, Pasta 177, doc. 21.

87 ARSI, Bras. 28, f. 10r.

88 ARSI, Bras. 28, f. 19r-23r.

89 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 399-409.

da *Crônica do Brasil*, de Simão de Vasconcelos⁹⁰. Já o Seminário de Nossa Senhora das Missões do Pará tinha um acervo com algumas centenas de livros⁹¹.

A livraria do real Colégio de Olinda, em Pernambuco, fundado no século XVI e reconstruído após a expulsão dos holandeses, era “excelente, e não pequena”⁹². E o Colégio de Jesus, em Recife, que começara as suas classes em 1 de novembro de 1678, tinha uma biblioteca numa sala com oito janelas, localizada sobre a sacristia da igreja⁹³. O colégio era dotado de uma boa biblioteca, que de tanto em tanto aumentava o seu acervo, comprando livros ou recebendo-os em doação, como ficou registrado em 1717⁹⁴.

No Colégio do Rio de Janeiro, a livraria começou a ser organizada desde o século XVI, quando foi fundado o próprio colégio e a cidade do Arraial de Estácio de Sá⁹⁵. Em 1643, a biblioteca já estava bem provida e alguns jesuítas aumentavam o acervo graças aos rendimentos de suas aulas privadas. No século XVIII, a livraria foi restaurada, passando a ocupar uma sala com estantes novas. O acervo era anualmente renovado, graças aos jesuítas que a cada frota chegavam de Portugal e do outros países da Europa⁹⁶. Em 1734, o catálogo da livraria indicava 92 obras⁹⁷. Estes volumes encontravam-se dispostos em fileiras nas estantes ao lado de alguns impressos no próprio colégio, para uso privado dos mestres e professores. E, como acima já vimos, a biblioteca estava também aberta aos estudantes e ao público.

Quanto ao conteúdo destas livrarias, infelizmente, conservaram-se apenas os inventários: do Colégio da Vigia, no Pará, e do Rio de Janeiro. Ambos foram feitos no ato de sequestro de bens da Companhia pelas autoridades portuguesas, no período sucessivo à expulsão dos jesuítas. A ordem real que intimava o sequestros dos bens da Companhia no Brasil também previa o exato inventário dos mesmos. Com certeza, estes foram feitos, mas, salvo os citados inventários, os demais ou foram perdidos, ou ainda não foram localizados nos arquivos luso-brasileiros.

O *Inventarium Maragnonense* registra 1.010 livros que se acharam na livraria da Casa da Vigia, quando o superior, o P. Caetano Xavier, foi preso⁹⁸. A maioria deles era de teologia, direito, moral, ascética, escriturística, apologia,

90 S. LEITE, *o. c.*, t. III, 304.

91 S. LEITE, *o. c.*, t. 289.

92 ARSI, Bras. 6, f. 28r.

93 ARSI, Bras. 5(2), f. 87r.

94 ARSI, Bras. 10, f. 177r.

95 S. LEITE, *o. c.*, t. V, 25.

96 ARSI, Bras. 10, f. 220r.

97 ARSI, Bras. 10, f. 177v; 355r.

98 ARSI, Bras. 28, ff. 18v-23r.

liturgia e filosofia. Mas como era típico na Companhia, as ciências sagradas se complementavam com as ciências e letras profanas. Entre estes havia alguns exemplares de livros que tratavam de engenharia, medicina e matemática. Na literatura clássica, em grego, os dois poemas de Homero; e em latim, Virgílio, Horácio, Marcial, Ovídio, Terêncio, para a poesia e o teatro. Para a prosa, a *opera omnia* de Cícero. Entre os autores portugueses, encontrava-se as obras completas de Camões e Antônio Vieira. A *Arte* do P. Manuel Álvares; a *Arte da língua brasilica*, de Luiz Figueira; *os Epigramas* de John Owen (que estavam no *Index*); o poeta dramático Cáncer y Velasco; a *Nova Floresta*, a *Arte de Orar*; e *os Trabalhos de Jesus*, clássico da literatura mística portuguesa.

No sermonário apareciam os melhores nomes da oratória sacra, portuguesa e estrangeira. Além da *Prosódia* e das *Regras da língua portuguesa*, uma *Orthografia portuguesa*.

A geografia contava com La Condamine, dicionários e atlas; e a história com os *Anais* de Barreto, vidas e crônicas dos reis de Portugal.

Aquela livraria possuía um pouco de tudo.

O acervo da livraria do Colégio do Rio de Janeiro foi inventariado somente 15 anos após a expulsão dos jesuítas, quando muitos livros já tinham sido vendidos como peso de papel pelos mercados da cidade, ou destruídos pelas intempéries, ou simplesmente roubados. Sendo o colégio um dos principais que a Companhia mantinha no Brasil, o acervo da livraria era composto por milhares de obras tanto de ciências sacras, como profanas. O catálogo registra autores como: Aristóteles, Platão, Plínio, Virgílio e os famosos “Conimbricenses”, além de Newton e Boschovich. Dos autores portugueses de ciências, história, direito, oratória, biografias e letras, praticamente nenhum faltava. E entre o rol dos livros a serem remetidos ao juiz da inconfidência, há 84 tomos de Francisco Soares Lusitano, talvez usado como livro de texto nos classes do colégio. Naturalmente, mais numerosos eram os livros das matérias ensinadas: humanidades, matemática, filosofia e teologia, além de direito civil e história.

A análise dos dois inventários revela que os acervos das bibliotecas dos colégios que a Companhia mantinha no Brasil Colônia eram livrarias “especializadas”. Eram voltadas às necessidades missionárias e, acima de tudo, às disciplinas ministradas nos vários cursos que os jesuítas ministravam.

IX. O DESTINO DAS LIVRARIAS APÓS A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Em 3 de setembro de 1759, D. José I, rei de Portugal, proclamou a lei de extermínio, proscricção e expulsão dos seus reinos e domínios ultramarinos dos regulares da Companhia de Jesus, com o imediato sequestro geral das suas

casas e bens. O rei declarava os jesuítas, incorridos no seu desagrado e, portanto, *Notorios Rebeldes, Traidores, Adversarios, e Aggressores*.

O confisco dos bens da Companhia foi imediato. No que dizia respeito às bibliotecas e seus acervos, estas foram literalmente desmanteladas e os livros, colecionados ao longo dos 200 anos da presença da Companhia no Brasil, tiveram destinos vários. Uma boa parte foi vendida como papel de peso. Outra alimentou o leilão dos bens dos jesuítas. Outra, ainda, foi enviada para Lisboa ou doada para os prelados diocesanos locais que, com eles, formaram as bibliotecas dos seus seminários. Por fim, até mesmo particulares receberam livros que tinham pertencido às bibliotecas dos jesuítas. Infelizmente, uma grande parte simplesmente foi abandonada em péssimas condições de conservação, sendo parcial ou totalmente destruída pela ação das intempéries e dos insetos.

No momento da expulsão dos jesuítas do Grão-Pará, os acervos de suas bibliotecas (Colégio de Santo Alexandre, Casa da Vigia e o Seminário de Nossa Senhora das Missões) somavam cerca de 4.000 volumes. Em 1760, as autoridades locais decidiram não colocá-los em hasta pública, mas os exemplares duplicados foram remetidos para Lisboa para serem vendidos “com melhor reputação” e o restante dos livros das três bibliotecas seriam reunidos para formarem o acervo da biblioteca pública de Belém do Pará. Entretanto, isto não aconteceu, e os livros continuaram no antigo Colégio de Santo Alexandre. A carta régia de 11 de junho de 1761, sob a vigilância da Câmara do Pará, fazia doação destes livros à fundação do futuro Colégio dos Nobres, que nunca chegou a ser efetivamente fundado. O dado certo é que o Bispo D. João de São José e Queirós, OSB, entre 1760 e 1763, enviou dez caixões de livros das antigas bibliotecas dos jesuítas para os seus confrades em Lisboa⁹⁹. Alguns livros do acervo da biblioteca do Colégio Santo Alexandre foram encontrados em Portugal por Serafim Leite (*Arte da Língua Brasileira*, de Luiz Figueira). Sabe-se também que Borba de Moraes encontrou exemplares pertencentes a esta mesma biblioteca na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Quanto aos livros das casas no Maranhão (Colégio Nossa Senhora da Luz, Madre de Deus, Seminários e Alcântara), pela carta régia de 11 de junho de 1761, passaram à custódia do bispo diocesano. E, segundo informa César Marques, autor do *Dicionário do Maranhão*, os livros foram dispersos¹⁰⁰.

Relatórios posteriores sobre o estado das bibliotecas do Estado do Maranhão dão notícias sobre o estado em que se encontravam cerca de 1.000 volu-

99 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 289-290.

100 C. A. MARQUES, *Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão*, Maranhão, Typ. do Frias, 1870, 105, 514.

mes do antigo acervo dos jesuítas. Muitos tinham sido extraviados. Já não havia mais uma coleção que fosse completa e a traça e o cupim tinham destruído grande parte deles. Deste modo, de nada mais serviam do que para serem jogados ao fogo.

No seu inquérito sobre os arquivos dos mosteiros e repartições públicas do Maranhão, de 1851, Gonçalves Dias informava que nada mais tinha encontrado¹⁰¹.

Serafim Leite estimava que ao ser extinta a Companhia no Brasil, o Colégio da Bahia possuía uma biblioteca com cerca de 15.000 volumes. As ordens e congregações religiosas atuantes na Bahia mostraram interesse em comprar as melhores coleções. Todavia o chanceler da relação foi de parecer contrário o que levou à nomeação de um depositário para o acervo. Ora, ao chegar para tomar posse da arquidiocese, o novo arcebispo, D. Joaquim Borges de Figueiroa, solicitou, sem obtê-la, a posse do acervo porque pretendia continuar com os estudos, interrompidos pela expulsão dos jesuítas.

Nas suas *Cartas*, Luiz dos Santos Vilhena, um professor de grego, contratado pela administração pombalina na *reforma dos estudos* provida por Sebastião José de Carvalho e Melo, informa que achou a biblioteca abandonada e que os livros *bons* tinham sido ou roubados ou vendidos por quem os furtara, a boticários e tendeiros, para embrulhar adubos e unguentos. Outros, todavia, estavam ornamentando as estantes de particulares.

O que restou da biblioteca do colégio, juntamente com doações de particulares, serviu para iniciar o acervo da biblioteca pública da Bahia, aberta em 13 de maio de 1811, no Palácio do Governo, e que continha não mais de 7.000 volumes. Mas, em 1829, o acervo desta biblioteca era de apenas 6.000 volumes¹⁰².

O colégio dos jesuítas no Espírito Santo contava com uma boa biblioteca. Com a expulsão dos padres do colégio, os livros foram dispersos por particulares. Mas em 1771, foram recolhidos e enviados para Lisboa¹⁰³.

O *Auto de inventário* de 1775 relata com particulares o que aconteceu com o acervo da biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro¹⁰⁴. Depois do desterro dos jesuítas do colégio, o acervo ficou numa “casa” do próprio colégio até 1775. Muitos volumes “andavam por fora” em casas de particulares. Mas a biblio-

101 S. LEITE, *o. c.*, t. IV, 290.

102 S. LEITE, *o. c.*, t. V, 94.

103 S. LEITE, *o. c.*, t. VI, 141-142.

104 “Auto de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775”, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 301 (1973), 212-259; Arquivo do IHGB, L.58-D. 8.

teca continuava a servir aos mestres de escolas da reforma pombalina da educação¹⁰⁵.

Em 22 de julho de 1775, reuniu-se, no colégio, uma comissão encarregada de fazer uma avaliação dos livros. Devido ao mau estado de conservação do acervo, o vice-rei Marquês do Lavradio determinou que os mesmos fossem reunidos em três lotes: os de doutrina e disciplina seriam entregues ao bispo do Rio de Janeiro; os que estavam no index, proibidos, seriam enviados para o Juízo da Inconfidência, em Lisboa; e o restante seria distribuído pelas casas de alguns ministros e letrados que tivessem a cultura suficiente para tomar conta deles e aproveitá-los¹⁰⁶.

A comissão também discriminou cada volume, anotando ao lado, em réis, o seu valor. No final, sobraram 734 livros de vários autores e sobre várias matérias, porque muito arruinados, podres e destruídos, e, portanto, sem valor comercial. O relatório ainda inventariou outros volumes totalmente comido pelos bichos e em avançado estado de deterioração que não foram avaliados.

Por fim, o inventário avaliava 4.001 volumes, cujo valor chegava a quantia de 1.125\$590 rs.

Em 28 de agosto de 1777, a porção dos livros destinados ao bispo foi entregue ao procurador da mitra, enquanto depositário legal.

X. CONCLUSÃO

Ainda não há estudos quantitativos sobre a posse dos livros no Brasil no século XVI. As fontes para este período não permitem uma quantificação, apenas possibilitam concluir que havia poucos proprietários de livros na colônia e que o número de leitores reduzia-se a poucos dignitários do governo e do clero diocesano e aos missionários e comunidades religiosas.

A partir do século XVIII, observa-se uma mudança na propriedade dos livros, sempre escassa, mas mais disseminada que nos séculos anteriores. As livrarias, especialmente dos religiosos da Companhia, abriu espaço para novas ciência e saberes. Contudo, as obras filosófico-teológicas e as devocionais continuaram a predominar.

Em geral, a distribuição e posse de livros se diferenciava conforme a categoria profissional e posição social, além dos indivíduos que tiveram acesso a uma educação mais esmerada, favorecidos pelo estabelecimentos dos colégios

105 S. LEITE, *o. c.*, t. VI, 26-27.

106 *Ib.*, 27.

dos religiosos, especialmente pelos da Companhia. E mesmo contanto com uma civilização mais urbanizada, que possibilitava a compra de livros no reino, os proprietários de livros eram poucos, representando uma pequena parcela da sociedade colonial.

Como vimos para o caso das livrarias da Companhia, o tamanho dos acervos era diverso. As livrarias dos particulares não se determinavam tanto pela riqueza, mas mais pelo grau de refinamento intelectual e pela escolaridade dos proprietários. Em geral, possuíam livros os estudantes e mestres, advogados, clérigos seculares, médicos, navegadores, nobreza e, sobretudo, os religiosos. Aqueles que se dedicavam a ofícios, possuíam livros “especiais”, relacionados às suas carreiras. Da mesma forma, as livrarias das residências, seminários e colégios da Companhia. Nelas, como se pode ver pelos dois inventários ainda existentes, os livros dos jesuítas abrangiam todas as áreas dos saberes da época. Mas os de teologia, filosofia, moral, direito, liturgia, homilética, letras clássicas e medicina constituíam a parte mais consistente das livrarias nos colégios. A proibição à Companhia no reino de estudar e ensinar os “experimentais” não impediu, contudo, que os jesuítas tivessem exemplares das obras deste autores nas suas bibliotecas, mesmo que fosse para estudo estritamente privado.

Instrumentos imprescindíveis para o projeto de evangelização e civilização, os livros além de representarem um acesso ao saber, e por extensão, ao sagrado, eram também objetos de deleite, ócio, e, sobretudo, poder. A posse e leitura de livros inscritos do *Index* constituía privilégio de poucos, mesmo nas congregações religiosas, motivo de concessão régia, obtidas com solicitações à *Real Mesa Censória*, os quais, na maior das vezes, eram expurgados das passagens mais atentatórias aos costumes e à religião.

Para além da leitura individual e silenciosa do estudo privado, os livros alimentavam as aulas e festividades literárias públicas nos colégios da Companhia.

Por fim, os inventários que dispomos das bibliotecas da Companhia no Brasil colonial refletem uma panorâmica, ainda que geral, de como teria sido o uso do livro e o funcionamento das livrarias neste período. Oferecem uma boa base para a pesquisa moderna sobre o desenvolvimento da filosofia escolástica barroca no Brasil colonial, reflexo do pensamento filosófico barroco peninsular ibérico, em especial das universidades da Companhia em Portugal (Coimbra e Évora).

XI. DOCUMENTOS CONSULTADOS

ARCHIVUM ROMANO SOCIETATIS IESU, ROMA

- ARSI, Bras. 2, f. 57v. 91r.132r. 138v.140r.
ARSI, Bras. 3(1), f. 85r.109r. 145v. 217r. 218v.
ARSI, Bras. 4, f. 219r.
ARSI, Bras. 3(2), ff. 358r-359r.
ARSI, Bras. 5(2), f. 87r.363v.
ARSI, Bras. 6, f. . 28r.40v.
ARSI, Bras. 8, f. 42r-43r.43v.
ARSI, Bras. 10, f. 177r-v. 220r. 355r.
ARSI, Bras. 10 (1), f. 253v.
ARSI, Bras. 10 (2), f. 263r.
ARSI, Bras. 15, f. 428r. 304r.
ARSI, Bras. 26, f. 150r.
ARSI, Bras. 28, f. 10r. 18v .19r-23r. 29v-30v.35v-36r.36r.
ARSI, Cong. 95, f. 160v.
ARSI, Fondo Ges., Colleg. 13.
ARSI, Fondo Ges., Colleg. 15.
ARSI, Hist. Soc. 51, 33r.

ARQUIVO DA PROVÍNCIA PORTUGUESA (BROTÉRIA), LISBOA

- APP, Pasta 177, doc. 21.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ângela Mendes de, *O Gosto do Pecado: Casamento e Sexualidade nos Manuais de Confessores dos séculos XVI e XVII*, Rocco, Rio de Janeiro, 1992.
- “Auto de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775”, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 301 (out./dez., 1973), 212-259: Arquivo do IHGB, L.58-D. 8.
- ARAÚJO, Emanuel, *O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Jorge de Souza, *Perfil do Leitor Colonial*. [Tese de Doutorado] Rio de Janeiro, UFRJ, 1988.

- “Bibliothèques privées et pratiques de lecture au Brésil Colonial”, en Katia de Queirós Mattoso, Idelette Muzart, Fonseca dos Santos et Denis Rolland [Org.], *Naissance du Brésil Moderne, Actes du Colloque “Aux Temps Modernes: Naissance du Brésil”*, Sorbonne, Mars 1997, Paris, Presses de l’Université de Paris - Sorbonne, 1998.
- DINIZ, Sílvio Gabriel, “Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII”, en *Kriterion*, Belo Horizonte, 47/48 (jan.-jun., 1959), 180-198.
- ÉLLIS, Myriams, “Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo”, en *Revista de História*, São Paulo, 30 (abr.-jun., 1957), 387-447.
- FRIEIRO, Eduardo, *O Diabo na Livraria do Cônego*, 2a ed. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.
- JOBIM, Leopoldo Collor, “O Santo Ofício da Inquisição no Brasil Setecentista: Estudo de uma Denúncia”, en *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 2, 13 (dez., 1987), 195-213.
- LEITE, Paulo Gomes, “Revolução e Heresia na Biblioteca de um Advogado de Mariana”, en *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 8, 1-2 (jan./ dez., 1995), 153-166.
- LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. X T. Rio de Janeiro, Inst. Nac. do Livro; Lisboa, Livr. Portugália, 1943-1950.
- *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*, Lisboa, Brotéria, 1953.
- [Ed.], *Monumenta Brasiliae, I (1538-1553)*. *Monumenta Historica Societatis Iesu*, Roma, 1956, p. 131.
- LESSA, Clado Ribeiro de, “As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais: apontamentos para um estudo histórico”, en *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 191 (1946), 339-345.
- LIMA, Lana Lage da Gama, “Aprisionando o Desejo: Confissão e Sexualidade”, en Ronaldo Vainfas (org.), *História e Sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, 67-88.
- MATTOSO, Katia de Queiroz, *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*, Salvador, Editora Itapuã – Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, 1969.
- MARQUES, Cesar Augusto, *Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão*, Maranhão, Typ. do Frias, 1870, 105, 514.
- MORAES, Rubens Borba de, *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

- MORAES, Rubens Borba de, “Tentativas de estabelecimento de tipografias”, em *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2ª. ed., Brasília, Briquet de Lemos, 2006, 68.
- RIZZINI, Carlos, *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- RODELES, Caecilius Gomez [ed.], *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, quae primam Rationem Studiorum anno 1586 editam praecessere*, Matriti, Typis A. Avrial, 1901.
- ROUANET, Sérgio Paulo, “As Minas Iluminadas: A Ilustração e a Inconfidência”, em Adauto Novaes (org.), *o. c.*, 329-345; e Carlos Guilherme Mota, *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*, Petrópolis, Vozes, 1979.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, *No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da, “As bibliotecas dos Jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite”, em *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13, n. 12 (maio/ago., 2008), 219-237.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, 2a. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- TAVARES, Luís Henrique Dias, *Introdução ao Estudo das Idéias do Movimento Revolucionário de 1798*, Salvador, Livraria Progresso – União Baiana dos Escritores, 1959.
- *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798*, São Paulo, Pioneira, 1975.
- VIEIRA, Antônio, “Ao padre geral, Goswin Nickel”. *Rio das Amazonas, 21 de março de 1661*, em Serafim Leite, *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, 295.
- VILLALTA, Luiz Carlos, *Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial*. Disponível eletronicamente em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/index.htm>, <texto acessado em: 12 Setembro de 2011>.
- “A ‘América’, a Ilustração e os Inconfidentes Mineiros (apontamentos de pesquisa)”, em *Registro: Informativo do Centro Nacional de Referência Historiográfica*, Mariana, 2, 4 (set., 1995-fev., 1996), 15-17.

- “O Diabo na livraria dos Inconfidentes”, en Aduino Novaes (org.), *Tempo e História*, São Paulo, Companhia das Letras-Secretaria Municipal de Cultura, 1992, 367- 395.
- “Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII”, en *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 8, 1/2 (jan./dez., 1995), 19-52.